



Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROV - 352019

Código de validação: D81B7644ED

Altera o art. 443 do Provimento nº 11/2013 (Código de Normas) para reduzir o tempo de comunicação ao SIRC.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), e pelo art. 30, inc. XLIII, alínea “e”, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

**CONSIDERANDO** que o art. 68 da Lei nº 8.212/91 foi modificado pelo art. 23 da Lei nº 13.846/2019, alterando o prazo para envio das informações de óbito ao INSS;

**CONSIDERANDO** que os arts. 52 e 75 da Lei nº 6.015/73 foram alterados pelo art. 30 da Lei nº 13.846/2019, para estabelecer o SIRC outro meio que venha a lhe suceder como a forma de comunicação dos nascimentos ao Ministério da Economia e ao INSS;

**CONSIDERANDO** que a atual redação desse dispositivo de lei e do art. 443 do Código de Normas do Maranhão não se mostra mais compatível com os avanços tecnológicos e de informatização das serventias extrajudiciais, sobretudo porque atualmente a comunicação é feita por meio do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC;

**CONSIDERANDO** que a redução do tempo de comunicação ao INSS de nascimento, natimorto, casamento e óbito favorece a diminuição dos casos de fraudes ao sistema previdenciário, gerando evidente benefício de arrecadação para a União.

**RESOLVE:**





Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Art. 1.º Fica alterada a redação do art. 443 do Provimento nº 11/2013 (Código de Normas), nos seguintes termos:

*Art. 443. O Oficial de Registro Civil remeterá, no prazo de até 01 (um) dia útil, ao Instituto de Seguridade Social (INSS), por meio do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC, ou por outro meio que venha a substituí-lo, a relação dos nascimentos, dos natimortos, dos casamentos e dos óbitos registrados na serventia.*

*§ 1º Para os Municípios que não dispõem de provedor de conexão à internet ou de qualquer meio de acesso à internet, fica autorizada a remessa da relação em até 05 (cinco) dias úteis.*

*§ 2º Para os registros de nascimento e de natimorto, constarão das informações, obrigatoriamente, o CPF, o gênero, a data e o local de nascimento do registrando, bem como o nome completo, gênero, data e local de nascimento e CPF da filiação.*

*§ 3º Para os registros de casamento e óbito, constarão das informações, obrigatoriamente, o CPF, gênero, filiação, data e local de nascimento, bem como, acaso disponíveis, os seguintes dados, sobretudo na ausência de CPF:*

- a) o número de inscrição do PIS/PASEP;*
- b) número de identificação do trabalhador (NIT);*
- c) número do benefício previdenciário ou assistencial, se a pessoal falecida for titular de qualquer benefício pago pelo INSS;*
- d) número de registro da carteira de identidade e respectivo órgão emissor;*
- e) número do título de eleitor;*
- f) número e série da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).*

*§ 4º É obrigatória a inclusão de qualquer outra informação solicitada pelo Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC, que seja de conhecimento do Oficial de Registro.*





Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

*§ 5º No caso de não haver sido registrado nenhum nascimento, natimorto, casamento ou óbito, deverá o titular da Serventia Extrajudicial de Registro Civil de Pessoas Naturais comunicar este fato ao INSS até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.*

*§ 6º O descumprimento das obrigações impostas neste artigo e o fornecimento de informação inexata sujeitarão o titular da Serventia Extrajudicial de Registro Civil de Pessoas Naturais, além de outras penalidades estipuladas, à penalidade prevista no art. 92 da Lei nº 8.212/91, conforme valores atualizados por portaria do Ministério da Previdência Social, e à ação regressiva proposta pelo INSS, em razão dos danos sofridos.*

Art. 2.º Fica acrescentado o art. 443-A ao Provimento nº 11/2013 (Código de Normas), nos seguintes termos:

*Art. 443-A. O Oficial de Registro Civil deverá comunicar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, os registros de óbitos lavrados no mês anterior aos seguintes órgãos:*

*I – juiz eleitoral, em relação aos maiores de 16 (dezesesseis) anos, para cancelamento das inscrições de alistamento eleitoral, sob as penas do art. 293 do Código Eleitoral;*

*II – Ministério da Economia, nos termos do art. 52, §3º da Lei nº 6.015/73;*

*III – Receita Federal, nos termos do art. 80, parágrafo único da Lei nº 6.015/73;*

*IV – Instituto de Identificação do Maranhão, nos termos do art. 80, parágrafo único da Lei nº 6.015/73.*

*§ 1º Todo óbito deverá ser comunicado para anotação no assento de nascimento e, se houver, de casamento do falecido.*

*I - a informação do registro de óbito para outra serventia, para fins de anotação no assento de nascimento e de casamento do falecido, dar-se-á primeiramente pelo sistema CRC, conforme determina o Provimento nº 46, de 16 de junho de 2015, do CNJ, ou, alternativamente por malote digital*





Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

*(Sistema HERMES), conforme determina o Provimento nº 25, de 12 de novembro de 2012, do CNJ, ou, em caso de falha desse sistema, utilizar-se-á quaisquer outros meios de comunicação, desde que haja confirmação de recebimento;*

*II - as serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Maranhão são exclusivamente responsáveis por manter atualizados perante a Corregedoria Geral da Justiça os dados referentes aos números de telefone (inclusive celular), de endereços, de e-mail da serventia e dos seus titulares, substitutos e escreventes, para fins de comunicação de óbito;*

*III - a comunicação de óbito deverá ser arquivada em meio físico ou virtual na serventia, organizada por períodos mensais, pelo prazo mínimo de dez anos;*

*IV - após o prazo decenal, as comunicações de óbito somente serão incineradas ou descartadas, após autorização do juiz da Vara de Registros Públicos.*

*§ 2º A omissão ao cumprimento disposto no § 1º sujeita o oficial à responsabilização prevista nos termos da Lei.*

Art. 3.º Incumbe aos Oficiais de Registro Civil tomar as providências necessárias para implementação das alterações, nos termos deste provimento, nos sistemas informatizados utilizados pelas serventias de registro civil, incumbindo à Diretoria de Informática fazer as alterações respectivas no sistema Regesta.

Art. 4.º Este provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Provimento nº 24/2019.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO,  
em São Luís, 02 de julho de 2019.





**Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**Desembargador MARCELO CARVALHO SILVA  
Corregedor-geral da Justiça  
Matrícula 16014**

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 02/07/2019 11:41 (MARCELO CARVALHO SILVA)

